

EFEITO DO SISTEMA CULTURAL NA DISCLOSURE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

THICIA STELA LIMA SAMPAIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

ALAN BANDEIRA PINHEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

DANIEL BARBOZA GUIMARÃES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Agradecimento à orgão de fomento:

Os pesquisadores agradecem o suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

EFEITO DO SISTEMA CULTURAL NA *DISCLOSURE* DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

1 Introdução

As firmas tradicionalmente têm sido concebidas como entidades maximizadoras de lucro. No entanto, nos últimos anos, questões como governança corporativa, ética empresarial e responsabilidade social corporativa (RSC) têm ganhado espaço nas discussões acadêmicas e empresariais, especialmente devido aos monumentais escândalos corporativos (Jamali, Safieddine & Rabbath, 2008). Nesse sentido, as firmas compreendem que existem mais partes interessadas no seu negócio (teoria dos *stakeholders*) do que apenas os investidores e acionistas (teoria dos *shareholders*).

Diante disso, a responsabilidade social corporativa está relacionada a questões complexas, como proteção ambiental, relação com a comunidade local, fornecedores e consumidores, saúde e segurança no trabalho (Branco & Rodrigues, 2006). Assim, as firmas reportam o nível de sustentabilidade das suas ações nos relatórios de sustentabilidade, para melhorar a tomada de decisão dos *stakeholders*. Todavia, a preparação desse tipo de informação é cara e requer a alocação de substanciais fundos (Li, Gong, Zhang & Koh, 2018). Por isso, a adoção das práticas de *disclosure* é mais recorrente em empresas com um desempenho financeiro maior (Frias-Aceituno, Rodriguez-Ariza & Garcia-Sanchez, 2012).

Diversos estudos têm encontrado relações entre desempenho financeiro (Cochran & Wood, 1984; Usman & Amran, 2015; Tran, 2018) e setor de atuação (Wanderley et al, 2008; Lock & Seele, 2013) e a *disclosure* de responsabilidade social corporativa. Embora alguns pesquisadores (Jensen & Berg, 2012; Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros & Frias-Aceituno, 2016; Ferri, 2017; Oliveira, Rodrigues Junior, Lima & Freitas, 2018; Coluccia, Fontana & Solimene, 2018) tenham evidenciado o efeito das pressões institucionais na RSC, poucos estudos têm evidenciado a influência do sistema cultural de um país na divulgação de responsabilidade social corporativa.

Práticas de *disclosure* são diferentes entre países com diferentes sistemas culturais, uma vez que *stakeholders* locais podem exercer diferentes pressões (Carroll, 1979). Nesse contexto, a pergunta que direciona essa pesquisa é: *Qual é o efeito do sistema cultural nacional na disclosure de responsabilidade social corporativa nas empresas do setor energético?* Assim, o presente estudo objetiva examinar o efeito do sistema cultural na *disclosure* de responsabilidade social corporativa das empresas do setor energético.

O estudo deste setor justifica-se por ser um setor ambientalmente sensível (Miniaoui et al., 2019), pois lida diretamente com os recursos naturais. Como resultado, as maiores empresas do mundo do setor energético podem causar grandes mudanças no ecossistema natural do planeta (Michelon, Pilonato, & Ricceri, 2015; Stjepcevic & Siksnyte, 2017). Assim, analisar apenas um país em relação a um setor pode não parecer significativa, uma vez que as indústrias de um mesmo país possuem um tamanho semelhante e seguem as mesmas normas sociais em torno do setor (Freedman & Jaggi, 2009).

A pesquisa analisou 62 empresas do setor energético presentes na lista Global500 da revista Fortune (2019). A amostra é constituída por empresas de 25 países para o período 2016-2018. Como variável dependente, foram analisadas 32 palavras nos relatórios ambientais das firmas e calculado o índice de RSC, consoante metodologia usada em Gamerschlag, Möller & Verbeeten (2010). As variáveis independentes representam o sistema cultural dos países analisados. Essas variáveis foram extraídas de *Hofstede-insights* (Hofstede, 1983). Todas estas variáveis foram testadas em três modelos econométricos de dados em painel com uso de regressão Logit, pois as variáveis dependentes de cada um dos modelos são do tipo binária.

O artigo apresenta quatro inovações: i) são identificados teórico e empiricamente as condições potenciais, sob as quais a *disclosure* de RSC pode ser influenciada nas maiores empresas do setor energético do mundo; ii) o presente estudo analisa o contexto cultural

influenciando a *disclosure* de responsabilidade social corporativa em diferentes locais, uma vez que prévios estudos, em geral, têm focado na análise de apenas um país (García-Sánchez, Rodríguez-Ariza & Frías-Aceituno, 2013); iii) esse artigo adiciona variáveis independentes ainda não utilizadas para medir o sistema cultural dos países; iv) os resultados podem auxiliar as decisões tomadas pelos formuladores de políticas em relação à melhoria da responsabilidade social no setor energético.

As demais seções do artigo estão estruturadas da seguinte forma: a seção dois apresenta uma objetiva revisão da literatura, contemplando a teoria dos *stakeholders* e o sistema cultural dos países, bem como apresenta as hipóteses testadas no modelo econométrico. A seção 3 apresenta com maior detalhamento a metodologia aplicada na pesquisa. Na seção 4 são apresentados os resultados obtidos e as discussões teóricas e na seção 5 são apresentadas as conclusões e as contribuições da pesquisa, assim como as limitações e sugestões para futuros estudos.

2 Revisão da literatura e hipóteses desenvolvidas

Freeman (1984) define *stakeholder* como qualquer grupo ou indivíduo que afeta ou pode ser afetado pela atuação da firma. Desse modo, os *stakeholders* de uma firma podem ser: clientes, investidores, credores, empregados, comunidade, mídia, dentre outros. Esses *stakeholders* podem ser divididos em dois grupos: *stakeholders* primários: aqueles em que a sua participação é fundamental para o negócio da empresa e *stakeholders* secundários: aqueles que não lidam diretamente com as atividades produtivas da empresa (Clarkson, 1995). Assim, as firmas devem saber gerenciar os seus *stakeholders*, uma vez que a dinâmica dos *stakeholders* pode influenciar as decisões internas nas empresas.

Diante disso, cada um dos *stakeholders* forma grupos heterogêneos, uma vez que podem apresentar interesses conflitantes entre si e em relação à firma. Por exemplo, os interesses dos acionistas majoritários podem não coincidir com os interesses dos acionistas minoritários. Assim como alguns empregados podem almejar apenas aumento salarial, outros colaboradores querem poder e satisfação profissional dentro da firma. Dado que as modernas sociedades anônimas podem beneficiar ou prejudicar multidões, as firmas devem olhar para todas as partes interessadas na tomada de decisão. Assim, a proposta básica da teoria dos *stakeholders* é que a sobrevivência da firma depende da gestão das relações com os *stakeholders* (García-Sánchez, Rodríguez-Ariza & Frías-Aceituno, 2013).

As empresas produzem externalidades que afetam muitas partes, internas e externas à empresa. Assim, os acionistas querem aumentar as externalidades positivas e reduzir as externalidades negativas, para poder satisfazer as necessidades dos *stakeholders*. Os empregados podem pressionar a firma por melhores condições de trabalho, enquanto o governo pode adotar regras e penalidades para minimizar os danos ambientais causados pelas firmas. Dessa forma, consoante Sarkis, Gonzalez-Torre e Adenso-Diaz (2010), o engajamento dos *stakeholders* é importante para que as empresas estabeleçam legitimidade social. Além disso, a educação ambiental da sociedade estimula maiores pressões para que as empresas reduzam seus impactos ambientais.

As necessidades dos *shareholders* não serão atingidas sem que as necessidades dos *stakeholders* sejam atingidas também. Dessa forma, contrariando Friedman (2007), que afirma que a única responsabilidade da empresa é aumentar os lucros para os acionistas. Consoante Jensen (2001), a empresa atinge seus objetivos com a teoria da maximização da riqueza dos acionistas, pois é matematicamente impossível maximizar em mais de uma direção. Assim, ele afirma que a teoria dos *stakeholders* não explica como os gestores podem lidar com o *trade-off* de interesses dos diversos *stakeholders*. De fato, os *shareholders* são os *stakeholders* mais importantes de uma firma. Sem eles, a firma não existiria.

No entanto, as informações disponibilizadas nos relatórios financeiros para os *shareholders* nem sempre são suficientes. Assim, a transparência corporativa é expandida para todos os *stakeholders* e para outras áreas, por exemplo, a de responsabilidade social

corporativa, com a utilização dos relatórios ambientais. Nesse contexto, as práticas de responsabilidade social corporativa são influenciadas pelas pressões dos *stakeholders* (Helmig, Spraul & Ingenhoff, 2016). Grandes empresas possuem um maior número de *stakeholders*, dada a sua visibilidade e poder de influência na sociedade (Roberts, 1992). Portanto, essas grandes empresas podem fazer altos investimentos em responsabilidade social para legitimar sua atividade comercial diante das pressões dos *stakeholders*.

Uma das formas de legitimar as ações da firma é a publicação dos relatórios ambientais (Branco & Rodrigues, 2006). Após a crise financeira de 2008, os relatórios de RSC foram estabelecidos como um complemento dos relatórios financeiros corporativos (Helmig, Spraul & Ingenhoff, 2016). O *disclosure* de responsabilidade social corporativa pode ser entendido como o processo de comunicação dos impactos sociais, econômicos e ambientais para os *stakeholders* (Gray, Owen & Adams, 1996). Uma maior quantidade de informações nos relatórios de sustentabilidade pode se relacionar com mais decisões informadas aos *stakeholders*, bem como pode influenciar o valor da empresa de forma positiva.

As práticas de *disclosure* social e ambiental podem ser influenciadas pelo contexto nacional em que as empresas estão inseridas. Assim, dependendo da configuração do Sistema Nacional de Negócios, as firmas podem evidenciar suas práticas ambientais mais explícita ou implicitamente (Matten & Moon, 2008). Diante disso, a cultura de um país influencia muitos aspectos das decisões corporativas (Mohamed Adnan, Hay & Van Staden, 2018). Nesse sentido, as diferenças culturais entre países explicam as similaridades e diferenças de pensamento de uma sociedade e implicam em pressões específicas dos *stakeholders* em relação ao *disclosure* de responsabilidade social corporativa (Soares, Pinheiro, Abreu e Marino, 2018).

2.1 Hipóteses desenvolvidas

Diferentemente do estudo realizado por Gamerschlag, Moller e Verbeeten (2010) que contemplou um único país, a fim de manter uma homogeneidade no sistema capitalista, político e social dos componentes da amostra, este estudo visa capturar uma amostra em diferentes contextos sociais e políticos, além de diferentes níveis de desenvolvimento econômico. Dessa forma, as variáveis independentes que caracterizam esses diferentes contextos não apresentam variação ano a ano, com exceção a variável risco país.

As diferentes características ou valores culturais de uma sociedade têm um papel relevante nas decisões e ações empresariais, especialmente no campo da responsabilidade social corporativa. Diante disso, Hofstede (2001) propôs um modelo com seis dimensões que medem o sistema cultural de 93 países. As dimensões são: distância ao poder, individualismo/coletivismo, masculinidade/feminilidade, aversão à incerteza, orientação de longo prazo e indulgências/restrições. Esse modelo tem recebido bastante atenção nas pesquisas sobre responsabilidade social corporativa em diferentes contextos institucionais (Cubilla-Montilla, Nieto-Librero, Galindo-Villardón, Vicente Galindo, & Garcia-Sanchez, 2019).

A distância ao poder descreve a percepção da hierarquia social em termos de igualdade e desigualdade (García-Sánchez, Rodríguez-Ariza, & Frías-Aceituno, 2013). Em países com grande distância ao poder os níveis de comando são estratificados, apresentando diferentes hierarquias de poder. Em contrapartida, países com menor distância ao poder são menos hierárquicos e mais preocupados com a legitimidade (Hofstede, 1983) e possuem um equilíbrio na distribuição de poder (Cabeza-García, Del Brio, & Rueda, 2019). Nas empresas, a distância ao poder é mensurada pelo grau de hierarquia e centralização de autoridade (Oliveira, Rodrigues Júnior, de Oliveira Lima, & de Freitas, 2018). Diante disso, em países com baixa distância ao poder, as empresas estarão mais preocupadas em atender as expectativas de todos os *stakeholders*, não apenas dos acionistas, buscando legitimar suas ações por meio de relatórios ambientais.

H1: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado negativamente pela distância ao poder do país (PWD).*

Nas sociedades individualistas, as pessoas esperam que cada um cuide de si próprio, ou seja, cada um pensa nos seus interesses próprios. Em contrapartida, nos países coletivistas, as pessoas estão preocupadas com o grupo a que pertencem (Hofstede, 1983). Os *stakeholders* presentes nas sociedades individualistas são mais egocêntricos (Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros, & Frias-Aceituno, 2016). Nessas sociedades existe um forte desenvolvimento dos direitos individuais (García-Sánchez et al., 2013) e a palavra “eu” é indispensável no discurso (de Mooij & Hofstede, 2010). Nessa perspectiva, as firmas presentes em sociedades individualistas irão realizar menos ações de sustentabilidade (Cubilla-Montilla et al., 2019). Assim, empresas localizadas em ambientes individualistas não estão abertas à divulgação de informação ambiental (Jensen & Berg, 2012).

H2: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado negativamente pelo individualismo do país (IND).*

A dimensão de masculinidade/feminilidade refere-se ao papel desempenhado pelos sexos dentro da sociedade (Cubilla-Montilla et al., 2019). As culturas masculinas são usualmente mais assertivas, fortes e competitivas. Por outro lado, culturas femininas são baseadas na cooperação, modéstia e consenso (Hofstede, 1983) e existe um equilíbrio entre família e trabalho (Hofstede, 2011). Enquanto as sociedades femininas estão voltadas para a qualidade de vida, as sociedades masculinas são voltadas para o reconhecimento e desafios (García-Sánchez et al., 2013). Segundo Scholtens & Dam (2007) a masculinidade está relacionada negativamente com a ética empresarial. Gallén & Peraita (2017) encontraram que empresas em países mais femininos divulgam mais informações ambientais.

H3: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado negativamente pela masculinidade do país (MSC).*

A aversão a incerteza representa uma variável determinante ao se estudar a divulgação de RSC. Em sociedades com forte aversão à incerteza, a incerteza inerente à vida é sentida como ameaça contínua que deve ser combatida. Em contrapartida, em sociedades com baixa aversão à incerteza, existe uma tolerância às pessoas e às novas ideias, uma vez que o diferente é curioso (Hofstede, 2011). Em sociedades com baixa aversão à incerteza, as empresas apresentam um maior compromisso com a sustentabilidade (Garcia-Sanchez et al., 2016). Assim, em países com maior aversão à incerteza, as empresas vão divulgar menos informações de responsabilidade social corporativa (Esteban, Villardón, & Sánchez, 2017).

H4: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado negativamente pela aversão à incerteza do país (UNAC).*

A dimensão da orientação de longo prazo pode ser interpretada como a busca da sociedade pela virtude. Indivíduos com orientação de longo prazo acreditam que a verdade depende da situação, contexto e tempo (Garcia-Sanchez et al., 2016). As sociedades com orientação de longo prazo são caracterizadas por considerar que os eventos mais importantes irão ocorrer no futuro (Hofstede, 2011). Em contrapartida, culturas com orientação de curto prazo perdem um considerável tempo desenvolvendo relações (Cubilla-Montilla et al., 2019). Dessa maneira, empresas localizadas em países com orientação de longo prazo têm uma visão de continuidade da empresa (Jensen & Berg, 2012). Essas empresas preferem divulgar relatórios integrados, envolvendo as práticas de responsabilidade social corporativa do que divulgar apenas um tradicional relatório financeiro (Garcia-Sanchez et al., 2016).

H5: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado positivamente pela orientação de longo prazo do país (LTOR).*

A indulgência representa uma sociedade que permite a satisfação relativamente livre dos desejos humanos básicos. Em países com alta taxa de indulgência, as pessoas se permitem

aproveitar mais o tempo com atividades prazerosas. Culturas indulgentes costumam ter pontuações mais baixas nas disciplinas morais e não têm uma forte vontade de seguir normas (Hofstede, 2011). Em países indulgentes, as empresas realizam menos práticas de responsabilidade social corporativa. Nesses contextos, as empresas apresentam uma maior orientação para os *shareholders* (Sun, Yoo, Park, & Hayati, 2019). Diante disso, empresas localizadas em ambientes indulgentes fazem o que manda as normas, não se preocupando com ações, como o *disclosure* social e ambiental, que é voluntária e orientada para as demandas dos *stakeholders*.

H6: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado positivamente pelos menores níveis de indulgências do país (INDG).*

As variáveis para caracterizar o sistema legal são quatro: *comom law*, e *civil law*, mista e religião. Essa categorização tem sua base teórica na dicotomia do sistema legal que são usados no mundo: *civil law* e *common law* (Othman & Zeghal, 2006). *Civil law* é o mais antigo e mais usado no mundo. Ele tem origem na lei romana e usa códigos para controlar dentre outras coisas, a atividade econômica. Por outro lado, existe o *common law*, que se originou na Inglaterra. Nesse caso, a lei é formada por juízes encarregados de resolver disputas com base em decisões judiciais anteriores (La Porta, Lopez-de-Silanes, Shleifer, & Vishny, 1998). Além disso, existe o sistema legal misto, o qual possui características do sistema *common law* e *civil law*. Por fim, o sistema legal baseado na religião, comum em países de religião islâmica (*xaria*) e muçumana onde não há uma separação entre o direito e a religião (Reimann & Zimmermann, 2019).

Enquanto países com *civil law* focam nos interesses do *stakeholders*, os de *common law* focam nos interesses dos *shareholders* (Kolk & Perego, 2010), e por isso, geralmente desenvolvem leis para proteger os direitos dos investidores (Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros, & Frias-Aceituno, 2016). Em sistemas de *civil law*, as empresas adotam maiores práticas de RSC (Coluccia, Fontana, & Solimene, 2018), porque é comum encontrar leis que descrevem como as empresas devem agir (Miniaoui, Chibani, & Hussainey, 2019). Pesquisas prévias têm apontado uma relação positiva entre o sistema de *civil law* e a divulgação de responsabilidade social corporativa (Jensen & Berg, 2012; Kolk & Perego, 2010; Smith, Adhikari, & Tondkar, 2005).

H7: *Ceteris paribus, o nível de disclosure de RSC é influenciado positivamente pelo sistema de civil law do país (SLEGAL).*

Com o intuito de conferir um perfil de comunicação a cada país da amostra, estes foram alocados em duas categorias: *high context* ou *low context*. Essas variáveis se referem ao perfil cultural obtido com base nos dados do sítio *Hofstede-insights*, pois conforme Hall (1959), cultura é comunicação e comunicação é cultura. Dessa forma, países com o tipo de comunicação *high context* são caracterizados pela ênfase nas relações humanas e mais sensibilidade das pessoas em relação aos sentimentos. Assim, nesses países as práticas de RSC serão mais predominantes. Em contrapartida, países *low context* possuem uma comunicação precisa e específica.

Devido à existência destes dois polos extremos de perfil de comunicação Hall (1992) e Sorrells (1998) propuseram quatro fatores que impactam na definição do nível de comunicação de um país: antropologia cultural, linguística, etologia (o estudo do comportamento animal) e teoria psicanalítica freudiana. Segundo a obra de Hall (1959), esses quatro fatores são capazes de identificar quanto o contexto e o tempo (cronologia) podem influenciar na sobreposição da comunicação não verbal (tom, expressões e gestos) sobre a comunicação verbal. Dessa forma, acredita-se que o sistema de comunicação adotado por um país afeta a responsabilidade social de suas empresas.

H8: *Ceteris paribus, o nível de disclosure RSC é influenciado positivamente pelo sistema de comunicação high context (SCMIC).*

A variável risco-país visa conferir um aspecto macroeconômico ao estudo considerando que os fatores de incerteza e comportamentos oportunistas existentes em países emergentes. Nesse sentido, visando à diminuição do risco, Empresas de países menos estáveis economicamente visam divulgar responsabilidade social corporativa de modo mais explícito, para buscar a redução da incerteza, e, conseqüentemente, a melhoria da sua reputação perante os *stakeholders* (Matten & Moon, 2008), bem como sua avaliação pelas agências de *rating*.

Diante das diversidades de agências que emitem esses dados, e para poder conferir comparabilidade, utilizou-se o *ranking* da agência Moody's, a qual faz parte do grupo *The Big Three* das agências de *rating* (Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's). Essas agências categorizam os países em dois grandes grupos iniciais: grau de investimento e grau especulativo. A escolha pela Moody's também se justifica, porque ela detém cerca de 40% do mercado global de classificação de crédito, além de realizar essa atividade há mais de 40 anos e possuir nível de credibilidade legítimo, tendo superado crises importantes sem grandes abalos a sua reputação (Hill, 2002).

H9: *Ceteris paribus, o nível de disclosure RSC é negativamente influenciado pela estabilidade econômica do país (STAB).*

3 Metodologia

A população da pesquisa abrange todas as empresas listadas na *Global 500* da revista Fortune (2019). Em seguida, foi realizado um filtro com o objetivo de selecionar apenas as maiores empresas do mundo do setor de energia elétrica. Como resultado, 84 empresas foram selecionadas. Após a seleção da amostra, foram consultados os relatórios ambientais, financeiros e o formulário de referência das empresas. E, por indisponibilidade de dados, 22 empresas foram excluídas, resultando numa amostra de 62 empresas de 25 países. Assim, a amostra é do tipo intencional, não-probabilística e representa 73,81% da população.

A amostra internacional é composta por 62 multinacionais líderes do setor energético distribuídas em 25 países: Alemanha (2), Arábia Saudita (1), Austrália (1), Áustria (1), Brasil (3), Canadá (2), China (4), Coreia do Sul (3), Espanha (3), Estados Unidos (12), França (4), Holanda (1), Índia (3), Indonésia (1), Itália (2), Japão (4), Malásia (1), México (2), Noruega (1), Polônia (1), Reino Unido (4), Rússia (3), Suíça (1), Taiwan (1) e Turquia (1). A amostra abrange três anos de análises, compreendida entre 2016 e 2018. Foi escolhido o ano de 2016, haja vista que no ano anterior, em 2015, 193 países assinalaram o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável do planeta.

O processo de coleta utilizado segue o framework desenvolvido por Gamerschlag, Moller e Verbeeten (2010). Os autores elencaram um conjunto de palavras-chaves que tem estrita relação com a responsabilidade social corporativa. A Tabela 1 apresenta as palavras utilizadas, sendo que da primeira palavra até a 8ª foca-se no pilar ambiental e da 9ª palavra a 32ª no pilar social. Dessa maneira, a divulgação de responsabilidade social corporativa representa a variável dependente do estudo.

Tabela 1. Palavras selecionadas.

1. Reciclagem	9. Emprego	17. Oportunidades iguais	25. Corrupção
2. Consumo de energia	10. Rotatividade	18. Direitos humanos	26. Políticas públicas
3. Biodiversidade	11. Barganha coletiva	19. Discriminação	27. <i>Compliance</i>
4. Emissões	12. Acordos coletivos	20. Liberdade de associação	28. Multas
5. Efluentes	13. Saúde ocupacional	21. Trabalho infantil	29. Sanções
6. Resíduos	14. Segurança no trabalho	22. Trabalho forçado	30. Responsabilidade pelo produto
7. Derramamentos	15. Treinamento	23. Trabalho compulsório	31. Saúde do cliente
8. Impactos ambientais	16. Diversidade	24. Comunidade	32. Segurança do cliente

Fonte: elaborado pelos autores.

Definiu-se como variável dependente o *disclosure* de responsabilidade social corporativa (RSCt), com uma subdivisão deste em dois componentes: *disclosure* para o pilar

ambiental (RSCa) e o *disclosure* para o pilar social (RSCs). O resultado da valoração das 32 palavras foi obtido de três formas distintas, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Variáveis dependentes selecionadas, tipo *dummy*.

Variável	Método de cálculo
RSCt	1º passo: realizou-se a contagem da frequência das palavras relativas à responsabilidade social corporativa no relatório base. 2º passo: dividi-se pelo número de páginas deste relatório. 3º passo: compara-se a média da empresa no ano, com média (μ) da amostra no mesmo ano, se igual ou superior à μ , atribui-se 1, se inferior à μ , atribui-se 0.
RSCa	1º passo: realizou-se a contagem da frequência das palavras relativas ao pilar ambiental da RSC no relatório base. Repete-se o 2º passo e o 3º passo.
RSCs	1º passo: realizou-se a contagem da frequência das palavras relativas ao pilar social da RSC no relatório base. Repete-se o 2º passo e o 3º passo.

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 3 apresenta as variáveis independentes, de controle, bem como o método de cálculo e o sinal esperado do coeficiente estimado. Essas variáveis são de caráter institucional e foram selecionadas para medir o sistema cultural dos países analisados. Para cada variável do sistema cultural, foi operacionalizada uma média com os valores das variáveis dos 62 países. Assim, se o valor da variável do país encontra-se abaixo da média, ele recebe o número 1. Por exemplo, se a média do valor de indulgência de todos os países deu 61, e o país Brasil tem indulgência de 59. Então, ao país Brasil é atribuída um valor 1 nessa variável.

Tabela 3. Variáveis independentes e de controle, com devidas *proxies* e sinais esperados.

Variável	Tipo	Método de cálculo	Sinal	Referência
INDG	<i>Dummy</i> .	Se abaixo da média da amostra = 1; Se acima da média da amostra; = 0	-	Sun, Yoo, Park, & Hayati (2019)
PWD			-	Gamerschlag, Moller e Verbeeten (2010), Hofstede (1983), García-Sánchez, Rodríguez-Ariza, & Frías-Aceituno (2013), Cabeza-García, Del Brio, & Rueda (2019), Cubilla-Montilla <i>et al.</i> (2019)
IND			-	
MSC			-	
UNAC			+	
LTOR			+	
SLEGAL	Categórica	Se <i>civil law</i> = 1; Se <i>common law</i> = 3; Se misto = 2; Se religião = 0	+	Kolk & Perego (2010), Coluccia, Fontana, & Solimene (2018), Jensen & Berg (2012), Smith, Adhikari, & Tondkar (2005).
SCMIC	<i>Dummy</i>	Se <i>high context</i> = 1; Se <i>low context</i> = 0	+	-
STAB	Categórica	Se melhorou o índice de risco = 3; Se estável = 2; se piorou o índice de risco = 1	-	-
ROE	Numérica contínua	Lucro Líquido/PL	+	Stjepcevic & Siksnylyte (2017), García-Sánchez, Rodríguez-Ariza, & Frías-Aceituno (2013), Cabeza-García, Del Brio, & Rueda (2019), Esteban, Villardón, & Sánchez (2017).
LogTam		Logaritmo na base 10 dos ativos da empresa	+	
ParTerc		(PC+PÑC)/PL	+	
AGE	Categórica	Categorização da idade do país: 1-250=1; 251-500=2; >500=3	+	-

Fonte: elaborado pelos autores.

O estudo apresenta oito variáveis independentes: PWD, IND, MSC, UNAC, LTOR, INDG, SLEGAL e SCMIC. Já como variáveis de controle, foram selecionadas cinco variáveis, sendo duas do tipo categórica e três do tipo numérica. Como variáveis de controle numérica, tem-se o LogTam, o ROE e a ParTerc. Como variáveis de controle categóricas, selecionou-se a idade do país (AGE) e a estabilidade do risco país (STAB). Para análise das hipóteses H1 a H9, procedeu-se a elaboração de três modelos econométricos. Os modelos são expressões da seguinte forma:

$$RSC_t = \beta_0 + \beta_1 PWD + \beta_2 IND + \beta_3 MSC + \beta_4 UNAC + \beta_5 LTOR + \beta_6 INDG + \beta_7 SLEGAL + \beta_8 SCMIC + \beta_9 STAB + \beta_{10} ROE + \beta_{11} ParTerc + \beta_{12} LogTam + \beta_{13} AGE + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$RSC_a = \beta_0 + \beta_1 PWD + \beta_2 IND + \beta_3 MSC + \beta_4 UNAC + \beta_5 LTOR + \beta_6 INDG + \beta_7 SLEGAL + \beta_8 SCMIC + \beta_9 STAB + \beta_{10} ROE + \beta_{11} ParTerc + \beta_{12} LogTam + \beta_{13} AGE + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$RSC_s = \beta_0 + \beta_1 PWD + \beta_2 IND + \beta_3 MSC + \beta_4 UNAC + \beta_5 LTOR + \beta_6 INDG + \beta_7 SLEGAL + \beta_8 SCMIC + \beta_9 STAB + \beta_{10} ROE + \beta_{11} ParTerc + \beta_{12} LogTam + \beta_{13} AGE + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

A análise e o tratamento dos dados foram feitos mediante o cálculo das *proxies*, obtenção da média por indivíduo da amostra para o período analisado, assim como a mediana e o desvio padrão. Utilizou-se o *software* Excel®, para organização e cálculos das *proxies*, com posterior uso do STATA 13®, para os testes estatísticos. Os modelos econométricos testados são do tipo não linear com dados em painel mediante regressão tipo Logit, pois a variável dependente foi obtida mediante uma resposta binária (*dummy* 1 ou 0).

4 Resultados e discussão

A análise deu-se, inicialmente, com o levantamento das características do contexto institucional dos países analisados, expressas na Tabela 4. Para tanto, identificou-se que os países da amostra estão localizados em quatro continentes (região) distintos. Os países europeus, em sua maioria, seguem o sistema *civil law*. Os países asiáticos têm perfil de comunicação *high context*.

Ademais, os países europeus apresentam uma menor *power distance*, maior aversão ao risco e maior orientação para o longo prazo. Os países asiáticos apresentam níveis de individualismo abaixo da média da amostra. Os países com índice de indulgência abaixo da média encontram-se na Ásia ou na Europa. Os dados também revelam que, no período analisado, a maioria dos países da amostra apresenta uma estabilidade econômica, ou seja, possuem na coluna STAB o valor número 0 ou o sinal +.

Tabela 4. Estatística descritiva das variáveis independentes.

Países/Variáveis	PWD	IND	MSC	UNAC	LTOR	INDG	SLEGAL	SCMIC	STAB
Austrália	38	90	61	51	21	71	<i>common law</i>	<i>low context</i>	0
Áustria	11	55	79	70	60	63	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	+
Brasil	69	38	49	76	44	59	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	+
Inglaterra	35	89	66	35	51	69	<i>common law</i>	<i>low context</i>	+
Canadá	39	80	52	48	36	68	<i>common law</i>	<i>low context</i>	0
China	80	20	66	30	87	24	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	-
França	68	71	43	86	63	48	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	0
Alemanha	35	67	66	65	83	40	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	0
Índia	77	48	56	40	51	26	<i>common law</i>	<i>high context</i>	-
Indonésia	78	14	46	48	62	38	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	-
Itália	50	76	70	75	61	30	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	+
Japão	54	46	95	92	88	42	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	0
Malásia	100	26	50	36	41	57	<i>misto</i>	<i>high context</i>	0
México	81	30	69	82	24	97	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	0

Holanda	38	80	14	53	67	68	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	0
Noruega	31	69	8	50	35	55	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	0
Polônia	68	60	64	93	38	29	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	0
Rússia	93	39	36	95	81	20	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	-
Arábia Saudita	95	25	60	80	36	52	<i>religião</i>	<i>high context</i>	+
Coreia do Sul	60	18	39	85	100	29	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	0
Espanha	57	51	42	86	48	44	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	-
Suíça	34	68	70	58	74	66	<i>civil law</i>	<i>low context</i>	0
Taiwan	58	17	45	69	93	49	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	0
Turquia	66	37	45	85	46	49	<i>civil law</i>	<i>high context</i>	+
Estados Unidos	40	91	62	46	26	68	<i>common law</i>	<i>low context</i>	0

Fonte: elaborado pelos autores.

Legenda: + = países com melhora na estabilidade economia entre 2016 e 2018, conforme Moody's; 0 = com o mesmo nível de estabilidade; - = com piora na estabilidade economia.

Conforme Tabela 5, a estatística descritiva dos dados indica que o perfil dominante é de empresas em contextos de menor *power distance*, maior individualismo e maior masculinidade, menor aversão ao risco, maior orientação para compromisso de longo prazo, menor indulgências, maior estabilidade econômica. Foi possível constatar que a maioria dos países segue o sistema *civil law*, tem perfil de comunicação *high context* e possuem até 250 anos, desde o normativo constituinte.

Tabela 5. Estatística descritiva das variáveis independentes.

Variáveis dummies e categóricas								
	PWD	IND	MSC	UNAC	LTOR	INDG	STAB	SLEGAL
Média	0.56	0.48	0.39	0.47	0.44	0.52	2.03	1.10
Desvio	0.50	0.50	0.49	0.50	0.50	0.50	0.65	0.47
	56.45%	51.61%	61.29%	53.23%	56.45%	51.61%	58.06%	91.94%
f%	Menor <i>power distance</i>	Mais individualistas	Mais masculinas	Menor aversão ao risco	Maior compromisso	Menos indulgentes	Estáveis no período	Seguem o <i>civil law</i>
Variáveis dummies e categóricas				Variáveis contínuas				
	SCMIC	AGE		LogTam	ROE	ParTerc		
Média	0.58	1.69		Média	6.91	0.25	1.53	
Desvio	0.49	0.91		Desvio	1.46	1.70	1.45	
f%	58.06%	61.29%						
	Perfil <i>high context</i>	até 250 anos do documento constituinte						

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto aos testes, os três modelos não apresentaram problemas de multicolinearidade, uma vez que nenhum valor de VIF foi superior a 10. A matriz de correlação não apresentou nenhuma correlação forte. Em outras palavras, 86,98% das correlações das variáveis independentes do estudo são consideradas correlações fracas. A Tabela 6 mostra a matriz de correlação das variáveis analisadas.

Tabela 6. Matriz de correlação da Logit (variáveis independentes).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. PWD	1												
2. IND	-0.05	1.00											
3. MSC	0.43	0.04	1.00										
4. UNAC	-0.44	0.03	-0.42	1.00									
5. LTOR	0.27	0.08	0.15	-0.24	1.00								
6. INDG	-0.27	0.17	-0.14	0.20	-0.65	1.00							

7. STAB	-0.28	-0.33	-0.21	0.37	-0.03	-0.23	1.00						
8.SLEGAL	-0.27	0.07	-0.43	0.19	0.02	0.11	-0.24	1.00					
9. SCMIC	0.56	-0.58	0.10	-0.57	0.23	-0.49	-0.06	-0.01	1.00				
10. AGE	-0.40	0.12	-0.04	-0.01	-0.24	0.08	-0.15	0.14	-0.21	1.00			
11.LogTam	-0.21	0.14	0.10	-0.05	-0.21	0.29	-0.18	-0.55	-0.37	-0.11	1.00		
12. ROE	-0.06	0.01	0.01	0.10	0.05	-0.05	0.03	-0.02	-0.08	0.03	0.02	1.00	
13.ParTerc	0.01	0.09	0.07	-0.10	0.05	-0.17	-0.10	0.06	0.03	-0.04	-0.14	-0.02	1.00

Fonte: elaborado pelos autores.

Já para testar a normalidade, aplicou-se o teste de Shapiro Wilk, o qual apontou que o modelo Logit mostra-se apropriado, uma vez que os valores das variáveis não apresentaram distribuição normal. Esse teste apresentou *p-value* de 0,00. Além disso, a variável dependente do estudo é do tipo binária, ou seja, zero ou um. Inicialmente, realizou-se o Teste de Haussman, onde se verificou a escolha pelo modelo com efeitos aleatórios. Vale ressaltar que o teste de Wooldridge rejeitou a hipótese de autocorrelação e o teste de Wald não confirmou a ausência de heterocedasticidade nos modelos.

A Tabela 7 apresenta os resultados das variáveis de cada modelo que se apresentaram significante, bem como o confronto do sinal encontrado com o sinal esperado. Os valores que não deram significantes foram omitidos da análise. Vale ressaltar que o modelo 2 (RSCa) que representa o pilar ambiental não apresentou nenhuma variável significante, nem mesmo a 10%.

Tabela 7. Resultados dos modelos, das variáveis significantes e da relação encontrada

Modelo 1 – RSCt							
Nº de obs.	Teste LR	Var. Indep.	Odds ratio	β	<i>P-value</i>	Sinal Esperado	Sinal Encontrado
186	33.08	PWD	16.26	2.78	0.076***	-	+
		LTOR	14.71	2.68	0.091***	+	+
		INDG	0.02	- 3.54	0.081***	-	-
Modelo 3 – RSCs							
Nº de obs.	Teste LR	Var. Indep.	Odds ratio	β	<i>P-value</i>	Sinal Esperado	Sinal Encontrado
186	15.67	PWD	19.47	2.96	0.01**	-	+
		MSC	5.35	1.67	0.07***	-	+
		STAB	0.22	- 1.49	0.01**	-	-

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota: Valores de LR > 10 indicam que a qualidade do teste é relevante pela verossimilhança positiva.

*: Significante a 1%; **: significante a 2%; ***: significante a 10%;

A Tabela 7 apresenta os resultados para a regressão de dados em painel para o modelo 1 e o modelo 3. O modelo 1 (RSCt) trata-se da RSC total, enquanto o modelo 3 (RSCs) trata-se do pilar social da RSC. Para o modelo 1, os dados mostram que a distância ao poder e a orientação ao longo prazo do país afetam positivamente a *disclosure* de responsabilidade social corporativa. Em contrapartida, as indulgências afetam negativamente a divulgação socioambiental. Em relação ao modelo 3, foi encontrado que distância ao poder e masculinidade afetam positivamente a divulgação de informações sociais nos relatórios, enquanto a estabilidade do país influencia negativamente essa divulgação.

Os resultados sugerem que em países com uma grande distância ao poder, as empresas do setor energético divulgam mais informações socioambientais. Ou seja, em sociedades onde as pessoas aceitam e esperam que o poder seja distribuído de maneira desigual, as empresas realizam a divulgação social e ambiental de forma mais detalhada. Assim, em países mais hierarquizados e desiguais, como Brasil e Indonésia, as multinacionais do setor de energia tentam melhorar sua reputação, apresentando maior transparência socioambiental. Ser transparente pode favorecer novos investimentos estrangeiros para a expansão dos negócios, uma vez que o ambiente institucional interno é desfavorável. Esses achados contrariam os resultados de Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros e Frias-Aceituno (2016). Entretanto,

García-Sánchez, Rodríguez-Ariza e Frías-Aceituno (2013) também encontraram um impacto positivo entre distância ao poder e a divulgação social e ambiental.

Analisando o *odds ratio* (antilogaritmo do coeficiente, razão de chances) da variável PWD, tem-se que a chance de uma empresa em ambiente cultural de menor *power distance* realizar RSC total é 1526% maior do que a chance de uma empresa inserida dentro de um ambiente de alto *power distance*, sendo esse valor ainda maior quando se trata de RSC do pilar social (1847%).

Quanto mais um país está orientado para o longo prazo, mais suas empresas realizam a divulgação socioambiental. Diante disso, países que incentivam a economia e os esforços na educação moderna como uma maneira de se preparar para o futuro têm empresas que informam melhor suas ações ambientais. Assim, países asiáticos como Japão e Coreia do Sul, as firmas tendem a divulgar não apenas os relatórios financeiros para informar os *shareholders*, mas também tendem a divulgar relatórios ambientais para atender as demandas dos *stakeholders* primários e secundários. Os resultados encontrados confirmam os achados prévios de Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros e Frias-Aceituno (2016).

O *odds ratio* da variável LTOR segue a lógica do ocorrido com a variável PWD, ou seja, a chance de uma empresa em ambiente cultural de orientação para o longo prazo realizar RSC total é 1371% maior do que a chance de uma empresa inserida dentro de um ambiente com orientação para o curto prazo (mais imediatista).

Empresas com a matriz localizada em países mais indulgentes divulgam mais informações de suas práticas socioambientais. Países mais indulgentes são caracterizados por uma sociedade que permite mais gratificações relacionadas aos desejos humanos, como aproveitar mais o tempo livre. Assim, em países mais indulgentes, como os Estados Unidos, as firmas do setor de energia tendem a divulgar um relatório ambiental com menos informações do que em países menos indulgentes, como a Espanha. Os resultados estão de acordo com os achados de Sun, Yoo, Park e Hayati (2019). Os autores afirmam que países mais indulgentes, como Estados Unidos e Inglaterra, as firmas estão voltadas para atender as demandas dos investidores e acionistas.

Na variável INDG, o *odds ratio* é menor que 1, indicando uma menor chance de ocorrência do evento de empresa inserida em contexto de menor indulgência apresentar RSC total. Dessa forma, a chance de uma empresa em ambiente cultural indulgente realizar RSC total é 98% menor que a chance de um país não indulgente realizar RSC total, relação negativa, conforme sinal do coeficiente β .

Os dados mostram que existe um efeito positivo do nível de masculinidade do país e a divulgação social das empresas. A princípio, esperava-se que culturas mais femininas poderiam reportar mais informações sociais, já que nesses ambientes existe mais compaixão com as causas sociais. No entanto, os resultados evidenciam que em sociedades centradas na ambição e na competitividade, as firmas tendem a divulgar relatórios ambientais com mais qualidade nas informações sociais. Assim, empresas dentro das culturas japonesas e italianas tendem a informar mais suas ações sociais do que empresas localizadas na Holanda e na Noruega. Oliveira, Rodrigues Júnior, de Oliveira Lima e de Freitas (2018) também encontraram uma relação negativa entre culturas mais femininas e divulgação socioambiental no ano de 2015 na América Latina.

Na variável MSC, o *odds ratio* é maior que 1, dessa forma, a chance de uma empresa em ambiente cultural menos masculino (mais feminino) realizar RSC no pilar social é 435% maior que a chance de um país mais masculino realizar RSC no pilar social, relação positiva, conforme sinal do coeficiente β .

Além disso, pode-se constatar que empresas localizadas em países economicamente mais estáveis divulgam menos informações do que países economicamente menos estáveis. Em outras palavras, em países com um ambiente macroeconômico mais arriscado para investimentos, as empresas divulgam mais informações sociais em seus relatórios anuais. Assim, diferente de ambientes econômicos e institucionais estáveis como Austrália, França,

Alemanha e Suíça, as empresas brasileiras, indianas e russas tentam legitimar-se através da divulgação social explícita. Os achados são suportados por Matten & Moon (2008). Eles afirmam que ambientes mais instáveis, as firmas realizam práticas de RSC mais explícitas.

No pilar social da RSC, a variável STAB apresentou um *odds ratio* menor que 1, e um sinal negativo para o coeficiente, indicando que a chance de uma empresa realizar RSC no pilar social quando inserida em ambiente econômico mais estável é 78% menor que a chance de uma empresa inserida em ambiente econômico menos estável. Tal achado sugere que empresas em ambientes de maior estabilidade econômica não têm necessidade de legitimar suas ações de RSC na mesma proporção que empresas localizadas em ambientes econômicos mais voláteis. Assim, empresas em ambientes instáveis buscam por meio da divulgação de RSC uma maior legitimação de suas ações e redução das incertezas.

Com o intuito de verificar a consistência dos resultados obtidos, os três modelos foram analisados mediante agrupamento dos países em continentes. Esse agrupamento foi realizado através da regressão Logit. Os resultados para os modelos são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Regressão Logit para o agrupamento de países.

Modelo 1 – RSCt						
Nº de obs.	R ² ajustado	Var. Indep.	β	P-value	Sinal Esperado	Sinal Encontrado
79	0.54	IND	2.46	0.00	-	+
		INDG	2.40	0.015	-	+
		STAB	0.33	0.00	-	+
		SLEGAL	1.65	0.00	+	+
		SCMIC	0.46	0.06	+	+
Modelo 2 – RSCa						
Nº de obs.	R ² ajustado	Var. Indep.	β	P-value	Sinal Esperado	Sinal Encontrado
76	0.51	IND	2.49	0.00	-	+
		INDG	3.31	0.00	-	+
		LTOR	0.39	0.00	+	+
		STAB	0.46	0.00	-	+
		SLEGAL	1.34	0.05	+	+
		AGE	1.24	0.03	+/-	+
Modelo 3 – RSCs						
Nº de obs.	R ² ajustado	Var. Indep.	β	P-value	Sinal Esperado	Sinal Encontrado
74	0.48	IND	2.26	0.00	-	+
		LTOR	0.61	0.04	+	+
		INDG	3.57	0.00	-	+
		STAB	0.37	0.00	-	+
		SLEGAL	2.08	0.00	+	+
		SCMIC	0.34	0.02	+	+

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota: *: Significante a 1%; **: significante a 2%; ***: significante a 10%

Os resultados sugerem que em culturas mais individualistas, as empresas tendem a divulgar mais informações socioambientais. Esses achados divergem de Garcia-Sanchez, Cuadrado-Ballesteros e Frias-Aceituno (2016). Nos três modelos, a relação encontrada foi positiva, contrariando a hipótese de que culturas coletivas divulgam as ações de RSC com maior qualidade. Dessa maneira, firmas de países mais individualistas tendem a demonstrar sua preocupação com as causas socioambientais com mais informações nos relatórios do que países mais coletivistas. Sociedades mais individualistas, como a Inglaterra, focam no “Eu”. Assim, gestores dessas culturas dentro de um ambiente organizacional podem transferir o “eu-individual” para o “eu-corporação” e desempenhar um papel fundamental para elevar a imagem corporativa, através dos relatórios socioambientais.

Empresas localizadas em países que seguem o sistema legal de *civil law* divulgam mais informações socioambientais. Nessa perspectiva, as evidências mostram que países com um sistema de *civil law* adotam mais leis que beneficiam os empregados e protegem os outros *stakeholders*. As empresas desses países, como previsto pela hipótese, divulgam mais informações de RSC do que empresas de países que seguem a *common law*. Assim, a intervenção governamental na atividade econômica pode favorecer a atuação mais

responsável das empresas em prol da sustentabilidade. Os resultados estão de acordo com os achados de Garcia-Sanchez et al. (2016), Jensen e Berg (2012) e Miniaoui, Chibani, e Hussainey (2019).

Além disso, os dados revelam que empresas localizadas em países com um sistema de comunicação *high context*, como Brasil, França, Índia, Itália e Espanha tendem a divulgar mais informações de RSC do que empresas de países com um sistema de comunicação *low context*, como Alemanha, Austrália, Canadá, Inglaterra, Noruega e Estados Unidos. Dessa forma, os resultados mostram que o sistema de comunicação de um país pode influenciar positivamente as decisões empresariais sobre RSC. Em ambientes *high context*, as empresas divulgam relatórios ambientais mais completos, usando múltiplas fontes de informação. Por outro lado, em ambientes *low context*, as empresas divulgam relatórios ambientais mais diretos, com foco em informações racionais e explícitas.

Para a variável de controle idade do país, foi constatado que existe uma relação positiva entre idade e divulgação socioambiental pelas empresas. As firmas localizadas em países mais antigos, que geralmente são mais desenvolvidos economicamente do que os mais novos, estão mais preocupadas com as práticas de RSC.

Quando agrupado em países, os resultados encontrados mostram que a variável indulgência apresenta um efeito positivo em relação à divulgação de RSC. Isso significa que em países com menos restrições ao desejo humano de aproveitar o tempo, as empresas estão empenhadas em realizar uma divulgação mais transparente. Para a variável que mede a orientação de longo prazo dos países, encontrou-se que quanto mais um país tem uma cultura voltada para o futuro, as firmas publicam mais informações socioambientais nos seus relatórios. E por fim, para o agrupamento de países, os resultados apontaram que existe uma relação positiva entre estabilidade econômica do país e a divulgação.

5 Conclusões e implicações

O objetivo deste artigo foi examinar o efeito do sistema cultural na *disclosure* de responsabilidade social corporativa das empresas do setor energético, o qual pode-se considerar alcançado. Dessa forma, o nível de *disclosure* de RSC foi examinado para uma amostra internacional de 62 empresas do setor energia, listadas na revista Fortune (2019). O sistema cultural foi composto pelas variáveis de cultura do Hofstede (1983), variável do sistema legal do país (*civil law*, *common law*, misto e religião) e variável do sistema de comunicação (*high context* ou *low context*).

Em relação à hipótese H1, foi constatado que o nível de *disclosure* de RSC é influenciado positivamente pela distância ao poder do país, contrariando a H1. Para a hipótese H2, os dados mostraram que o nível de *disclosure* de RSC é influenciado positivamente pelo individualismo do país, divergindo da previsão para a H2. Quanto a hipótese H3, foi encontrado que o nível de *disclosure* de informações sociais é influenciado positivamente pela masculinidade do país. Assim, a H3 não foi confirmada. Os valores encontrados para a hipótese H4 não apresentaram um *p-value* significativo. Então, não foi confirmada a influência negativa da aversão à incerteza do país na divulgação de RSC.

Ademais, os dados mostraram que o nível de *disclosure* de RSC é influenciado positivamente pela orientação de longo prazo do país, confirmando a hipótese H5. Para a hipótese H6, foi evidenciado que existe uma relação positiva entre nível de *disclosure* de RSC e menores níveis de indulgências do país, confirmando a H6. A hipótese H7 foi confirmada, já que foi constatado que o nível de *disclosure* de RSC é influenciado positivamente pelo sistema de *civil law*. Pode-se constatar que a divulgação socioambiental é afetada positivamente pelo sistema de comunicação *high context*, confirmando a hipótese H8. Por fim, o estudo confirmou a hipótese H9, evidenciando que o nível de *disclosure* de RSC é negativamente influenciado pela estabilidade econômica do país.

Os resultados obtidos permitem concluir que o sistema cultural dos países pode afetar o reporte da responsabilidade social corporativa nas empresas do setor energético,

respondendo assim a questão de pesquisa apresentada, com a devida ressalva que cada um dos fatores do sistema cultural exercem influências em sinal e forças distintas. Diante disso, as diferenças culturais e institucionais contribuem para que as empresas adotem mais práticas de RSC. Além disso, percebe-se que em países com sistemas culturais similares, as firmas também apresentam um nível de divulgação socioambiental semelhante. Portanto, a dimensão cultural, legal e de comunicação exerce um importante papel no comportamento das firmas. Conseqüentemente, diferenças culturais entre os países resultam em diferentes pressões dos *stakeholders* por informações de responsabilidade social corporativa.

Esses achados contribuem academicamente com a Teoria Institucional, ao trazer novas evidências empíricas de que o ambiente em que a firma está inserida pode afetar suas ações socioambientais. Além disso, essa pesquisa testou pela primeira vez nos estudos sobre RSC as variáveis: idade do país, estabilidade do país e sistema de comunicação do país. Isso possibilitou trazer novas direções para os estudos que trabalham com fatores explicativos da divulgação de RSC. Além disso, o artigo pode testar e comprovar o efeito estatístico da variável cultural indulgências sob a *disclosure*, uma variável negligenciada em estudos anteriores sobre sistema cultural e RSC.

Mediante essas contribuições acadêmicas, esse estudo também apresenta implicações gerenciais e governamentais. Empresas que desejam iniciar operações em outros países devem averiguar como se comporta o sistema cultural do país, pois o processo de tomada de decisão deve ser diferente, dependendo do contexto de desenvolvimento do país. Práticas ambientais que deram certas em determinados ambientes institucionais podem não ser adequadas em outros, devido à existência de sistemas culturais diferentes. Além disso, governos podem incorporar em suas agendas a discussão de leis que favoreçam o aumento da transparência empresarial sobre as práticas de RSC, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Para futuras pesquisas, algumas limitações deste estudo devem ser superadas. A pesquisa utilizou apenas 25 países. A inclusão de novos países pode dar maior robustez nos resultados, modificando-os. Assim, mediante essas limitações, os resultados devem ser interpretados levando em consideração as suas limitações metodológicas em relação à amostra. Estudos vindouros devem constatar os resultados obtidos, considerando outras variáveis para representar o sistema cultural. Por fim, sugere-se a inclusão de outros setores na amostra, os quais podem ser analisados de forma agrupada, o que pode gerar resultados comparativos setor a setor.

Referências

- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2006). Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks. *Corporate Communications: An International Journal*, 11(3), 232–248.
- Cabeza-García, L., Del Brio, E. B., & Rueda, C. (2019). Legal and cultural factors as catalysts for promoting women in the boardroom. *BRQ Business Research Quarterly*, 22(1), 56–67.
- Carroll, A. B. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497.
- Clarkson, M.B. (1995) A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 20, 92-117.
- Cochran, P. L., & Wood, R. A. (1984). Corporate Social Responsibility and Financial Performance. *Academy of Management Journal*, 27(1), 42–56.
- Cohen, A. (1974). *Two Dimensional Man: An Essay on the Anthropology of Power and Symbolism in Complex Society*. Berkeley: University of California Press.
- Coluccia, D., Fontana, S., & Solimene, S. (2018). Does institutional context affect CSR disclosure? A study on Eurostoxx 50. *Sustainability (Switzerland)*, 10(8).
- Cubilla-Montilla, M., Nieto-Librero, A. B., Galindo-Villardón, M. P., Vicente Galindo, M. P., & Garcia-Sanchez, I. M. (2019). Are cultural values sufficient to improve stakeholder engagement human and labour rights issues? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(4), 938–955.

- De Mooij, M., & Hofstede, G. (2010). The Hofstede model: Applications to global branding and advertising strategy and research. *International Journal of Advertising*, 29(1), 85–110.
- Esteban, V. A., Villardón, M. P. G., & Sánchez, I. M. G. (2017). Cultural values on CSR patterns and evolution: A study from the biplot representation. *Ecological Indicators*, 81(April), 18–29.
- Ferri, L. M. (2017). The influence of the institutional context on sustainability reporting. A cross-national analysis. *Social Responsibility Journal*, 13(1), 24–47.
- Fortune (2019). Global 500 list. Disponível em: <https://fortune.com/global500/2019/search/>. Acesso em: 10 set. 2019.
- Freedman, M., & Jaggi, B. (2009). *Global warming and corporate disclosures: A comparative analysis of companies from the European Union, Japan and Canada* (Vol. 4).
- Freeman, R.E. (1984) *Strategic Management: a Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. (2012). The Role of the Board in the Dissemination of Integrated Corporate Social Reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219–233.
- Friedman M. (2007) The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. In: Zimmerli W.C., Holzinger M., Richter K. (eds) *Corporate Ethics and Corporate Governance*. Springer, Berlin, Heidelberg.
- Gallén, M. L., & Peraita, C. (2017). The Relationship between Femininity and Sustainability Reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(6), 496–508.
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2010). Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5(2-3), 233–262.
- García-Sánchez, I. M., Cuadrado-Ballesteros, B., & Frías-Aceituno, J. V. (2016). Impact of the Institutional Macro Context on the Voluntary Disclosure of CSR Information. *Long Range Planning*, 49(1), 15–35.
- García-Sánchez, I.-M., Rodríguez-Ariza, L., & Frías-Aceituno, J.-V. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International Business Review*, 22(5), 828–838.
- Gray, R., Owen, D. & Adams, C. (1996), *Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate Social and Environmental Reporting*, Prentice Hall Europe, Hemel Hempstead.
- Hall, E. T. (1992). *An Anthropology of Everyday Life*. New York: Doubleday/Anchor Books.
- Hall, E.T. (1959). *The Silent Language*. New York: Doubleday; translated to Japanese in 1966 by Masao Kunihiro, Yoshimi Nagai and Mitsuko Saito as *Chinmoku No Kotoba*. Tokyo: Nanundo.
- Helmig, B., Spraul, K., & Inghoff, D. (2013). Under Positive Pressure: How Stakeholder Pressure Affects Corporate Social Responsibility Implementation. *Business & Society*, 55(2), 151–187.
- Hill, C. A. (2002). Rating Agencies Behaving Badly: The Case of Enron. *Conn. L. Rev.* 35, 1145.
- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing Cultures: The Hofstede Model in Context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1), 1–26.
- Hofstede, G. (1983). National Cultures in Four Dimensions: A Research-Based Theory of Cultural Differences among Nations. *International Studies of Management & Organization*, 13(1-2), 46–74.
- Jamali, D., Safieddine, A. M., & Rabbath, M. (2008). Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Synergies and Interrelationships. *Corporate Governance: An International Review*, 16(5), 443–459.
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299–316.
- Jensen, M. C. (2001). Value Maximization, Stakeholder Theory, and The Corporate Objective Function. *Journal of Applied Corporate Finance*, 14(3), 8–21.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19(3), 182–198.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). *Law and Finance* (Author (s)). Published by : The University of Chicago Press Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/10.1086/250042> Law and Finance Rafael La Porta , Floren. *Law and Finance*, 106(6), 1113–1155.
- Li, Y., Gong, M., Zhang, X. Y., & Koh, L. (2018). The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power. *British Accounting Review*, 50(1), 60–75.

- Lock, I., & Seele, P. (2013). Analyzing Sector-Specific CSR Reporting: Social and Environmental Disclosure to Investors in the Chemicals and Banking and Insurance Industry. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(2), 113–128.
- Matten, D., & Moon, J. (2008). “Implicit” and “Explicit” CSR: A Conceptual Framework for a Comparative Understanding of Corporate Social Responsibility. *Academy of Management Review*, 33(2), 404–424.
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78.
- Miniaoui, Z., Chibani, F., & Hussainey, K. (2019). The impact of country-level institutional differences on corporate social responsibility disclosure engagement. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 1-14.
- Mohamed Adnan, S., Hay, D., & Van Staden, C. J. (2018). The influence of culture and corporate governance on corporate social responsibility disclosure: A cross country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 198, 820–832.
- Oliveira, M., Rodrigues Júnior, M., de Oliveira Lima, S., & de Freitas, G. (2018). The Influence of the Characteristics of the National Business System in the Disclosure of Gender-Related Corporate Social Responsibility Practices. *Administrative Sciences*, 8(2), 14.
- Othman, H. Ben, & Zeghal, D. (2006). A study of earnings-management motives in the Anglo-American and Euro-Continental accounting models: The Canadian and French cases. *International Journal of Accounting*, 41(4), 406–435.
- Reimann, M., Zimmermann, R. (2019). *The Oxford Handbook of Comparative Law*. United Kingdom: Oxford University Press.
- Roberts, R. W. (1992). Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(6), 595–612.
- Sarkis, J., Gonzalez-Torre, P., & Adenso-Diaz, B. (2010). Stakeholder pressure and the adoption of environmental practices: The mediating effect of training. *Journal of Operations Management*, 28(2), 163–176.
- Scholten, B., & Dam, L. (2007). Cultural values and international differences in business ethics. *Journal of Business Ethics*, 75(3), 273–284.
- Smith, J., Adhikari, A., & Tondkar, R. H. (2005). Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123–151.
- Soares, R. A., Pinheiro, A. B., Abreu, M. C. S. de, & Marino, P. de B. L. P. (2018). Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 21-35.
- Sorrells, K. (1998). “Gifts of Wisdom: An Interview with Dr. Edward T. Hall.” *The Edge: The E-Journal of Intercultural Relations*, 1(3), 1-12. Retrieved October 20, 1998 from the World Wide Web: <http://www.interculturalrelations.com/vli3Summer1998/sum98sorrellhall.htm>.
- Stjepcevic, J., & Siksnyte, I. (2017). Corporate social responsibility in energy sector. *Transformations in Business and Economics*, 16(1), 21–33.
- Sun, J., Yoo, S., Park, J., & Hayati, B. (2019). Indulgence versus Restraint: The Moderating Role of Cultural Differences on the Relationship between Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance. *Journal of Global Marketing*, 32(2), 83–92.
- Tran, H. (2018). Differences in corporate social responsibility disclosure between Japan and the USA. *Journal of Asian Business and Economic Studies*, 25(1), 67–85.
- Usman, A. B., & Amran, N. A. B. (2015). Corporate social responsibility practice and corporate financial performance: evidence from Nigeria companies. *Social Responsibility Journal*, 11(4), 749–763.
- Wanderley, L. S. O., Lucian, R., Farache, F., & de Sousa Filho, J. M. (2008). CSR Information Disclosure on the Web: A Context-Based Approach Analysing the Influence of Country of Origin and Industry Sector. *Journal of Business Ethics*, 82(2), 369–378.